REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS ATRIBUIÇÕES NOTARIAIS (Distritos/Municípios não sede de Comarca)

Comarca:

Entrância:

Juiz(a) Diretor(a) do Foro:

Município/Distrito:

Serventia:

Titular/Responsável:

Substituto:

Data da correição: _____

Horário da correição: _____

Auxiliar(es) da fiscalização (informar nome e matrícula):

_____

O Titular/Responsável visualizado no cabeçalho está correto?

( ) A) Sim

( ) B) Não

Caso negativo, informe o nome e CPF do atual Titular/Responsável:

_____

O Substituto visualizado no cabeçalho está correto?

( ) A) Sim

( ) B) Não

Caso negativo, informe o nome e CPF do atual Substituto:

_____

Situação da Serventia) Esta serventia encontra-se regularmente provida por Titular?

( ) A) Sim. A serventia está provida.

( ) B) Não. A serventia está vaga.

ATENÇÃO: No caso de serventia vaga, conferir se consta da Lista Geral de Vacância publicada por meio do Aviso nº 47/CGJ/2015 e do Aviso publicado em janeiro de 2016. Caso a vacância não conste da Lista Geral, deve ser comunicada imediatamente à Corregedoria-Geral de Justiça pelo e-mail cafis@tjmg.jus.br, nos termos do artigo 27, § 3º, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com redação dada pelo Provimento nº 276/CGJ/2014."

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

1) A serventia possui o Livro "Visitas e Correições", consoante determinação contida no Provimento nº 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça c/c art. 67, I e 69, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com redação dada pelo Provimento nº 321, de 4 de maio de 2016? (ATENÇÃO: Recomenda-se que esse livro seja previamente encadernado.)

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

NOVA) Questão nova

( ) A) Sim

( ) B) Não

2) São observados fielmente os dias e horários de funcionamento, afixando, em local bem visível, na parte externa da Serventia, placa, cartaz ou aviso indicando o horário de atendimento ao público, consoante o disposto no artigo 46 do Provimento nº 260/CGJ/2013? Em caso de funcionamento em horário diverso do Provimento nº 260/CGJ/2013, há autorização do(a) Juiz(a) de Direito Diretor(a) do Foro através de Portaria, para o funcionamento de, no mínimo, 7 horas diárias?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

3) As Tabelas de emolumentos com os valores vigentes são afixadas em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (artigo 6º, § 3º, Lei nº 15.424/2004 e artigo 19, VII, do Provimento nº 260/CGJ/2013)?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

4) Na serventia é observada, fielmente, a contagem e cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos de seu ofício?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

5) A Taxa de Fiscalização Judiciária é recolhida no prazo estabelecido pelo artigo 2º da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/MG-SEF/MG nº 03/2005, ou, caso a serventia esteja localizada em município ou distrito desprovido de estabelecimento bancário autorizado a receber tributos

estaduais, de acordo com o artigo 6º da mencionada Portaria-Conjunta? (para auxiliar a resposta a este quesito, acesse o relatório 'Extrato de GRCTJ Recolhidas por Período de Apuração / Somente TFJ', disponível no SISNOR)

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

6) Foi constatada a ausência de recolhimento ou o recolhimento a menor da Taxa de Fiscalização Judiciária? (para auxiliar a resposta a este quesito, acesse o relatório 'TFJ Calculada, Declarada e Recolhida', disponível no SISNOR)

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

7) É fornecido recibo circunstanciado constando o valor dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária, do RECOMPE, e o valor final ao usuário, arquivando-se a respectiva segunda via na Serventia, bem como é feita a cotação desses valores à margem do documento a ser entregue ao interessado, consoante o disposto no artigo 8º da Lei nº 15.424/2004 c/c artigos 12 e 13 da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 03/2005 c/c artigo 105 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

8) No relatório mensal referente à Declaração de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária - DAP/TFJ é preenchida a quantidade de atos praticados e os respectivos códigos de recolhimento, contidos no Anexo II da Portaria Conjunta nº 3/2005/ TJMG/CGJ/SEF-MG, acompanhados das descrições complementares, constantes do campo " Desconto/Isenção", referentes aos tipos de tributação constantes do Sistema Integrado de Apoio à Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro - SISNOR, conforme art. 104, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

9) São cotados o valor dos emolumentos, da TFJ e o valor total cobrado, bem como mencionada a quantidade de atos praticados e os respectivos códigos fiscais especificados no Anexo II da Portaria Conjunta nº 3/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG à margem do documento a ser entregue ao interessado e no livro, ficha ou outro apontamento a ele correspondente constantes do arquivo da serventia, conforme art. 105, § 4º, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

10) São recolhidos os valores relativos à compensação destinada aos Registradores Civis das Pessoas Naturais pela prática dos atos sujeitos à gratuidade estipulada em lei, conforme artigo 31 e seguintes da Lei 15.424/2004?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

11) Os Selos de Fiscalização, livros, fichas, papéis e documentos são mantidos em ordem e em bom estado de conservação, em local adequado e seguro?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

12) A ordem, segurança e cópias dos documentos formalizados são mantidos com a utilização de sistema de computação, microfilmagem, disco ótico ou outro meio de reprodução magnética?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

13) O atendimento às partes é feito com eficiência, urbanidade e presteza?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

14) É observado o atendimento prioritário às requisições de papéis, documentos ou informações solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas, para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em Juízo?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

15) São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e todos os outros atos normativos que digam respeito a sua atividade?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

16) São observados os prazos legais fixados para a prática dos atos do seu ofício?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

17) É encaminhada, por meio eletrônico, a Declaração de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária - DAP/TFJ, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao da prática do ato , ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto no artigo 9º, caput, da Portaria Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 03/2005? (para auxiliar a resposta a este quesito, acesse os relatórios 'Serventias sem DAP / relatório isolado' e 'Serventias com DAP atrasada', disponíveis no SISNOR)

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

18) É fiscalizado no âmbito interno da serventia o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que deve praticar?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

19) As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente, consoante o disposto no artigo 198 da Lei nº 6.015/73 c/c artigos 124 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

20) Os documentos e livros são mantidos em bom estado de conservação, bem como sua escrituração satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, inutilização de espaços em branco, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc.)?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

21) São observadas as disposições constantes da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº. 02/2005, relativas aos Selos de Fiscalização?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

22) É adotado livro ou sistema informatizado para controlar as requisições, os lotes recebidos e os selos de fiscalização utilizados, consoante o disposto no artigo 14 da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 002/2005?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

23) A Serventia encaminha as informações relacionadas aos nascimentos, casamentos e óbitos ao IBGE, consoante disposto no artigo 49 da Lei nº 6.015/1973 e no artigo 437, inciso II do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

24) São encaminhadas as informações relacionadas aos óbitos ao Juiz Eleitoral da zona em que oficia, conforme artigo 71, §3º, da Lei 4737/1965 - Código Eleitoral c/c o artigo 437, inciso VI do Provimento nº 260/CGJ/2013) e ao INSS, imediatamente após a lavratura do respectivo assento, conforme artigo 68 da Lei 8.212/1991 c/c o artigo 437, inciso XIII do Provimento nº 260/CGJ/2013)?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

25) Mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos de seu ofício?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

26) Os editais de proclamas de casamento são afixados em local ostensivo da Serventia e publicados na imprensa local, consoante o disposto no artigo 67, § 1º, da Lei nº 6.015/1973 e no artigo 500 do Provimento nº 260/CGJ/2013 ?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

27) Os registros de nascimento contêm os requisitos constantes do artigo 54 da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 454 do Provimento nº 260/CGJ/2013, observadas as restrições do artigo 5º da Lei 8.560/1992?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

28) É observado o disposto no artigo 55, parágrafo único, da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 460, caput, do Provimento nº 260/CGJ/2013, que veda o registro de prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

29) Os assentos de casamento contêm todos os requisitos constantes do artigo 1.536 do Código Civil c/c artigo 513 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

30) As certidões, que instruem os processos de habilitação de casamento, são expedidas com a devida afixação dos selos de fiscalização, segundo o disposto no artigo 11, inciso VII, alínea f, da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 02/2005, e consequente recolhimento da respectiva Taxa de Fiscalização Judiciária?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

31) Os processos de habilitação de casamento têm sido encaminhados ao representante do Ministério Público, nos termos do artigo 1.526 do Código Civil, com a redação conferida pela Lei Federal nº 12.133/2009, c/c artigo 500 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

32) Nos processos de habilitação de casamento, o certificado de habilitação é expedido após da manifestação do Ministério Público, conforme artigo 1.531 do Código Civil c/c artigo 506 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

33) Na hipótese de o casamento não ser realizado, decorrido o prazo previsto no caput do art . 506 do Provimento nº 260/CGJ/2013, o Oficial de Registro expede certidão de não realização do ato (art. 506, §3º, acrescentado pelo Provimento nº 312, de 9 de dezembro de 2015)?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

34) É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro D, de registro de proclama, previsto no artigo 33, inciso VI, da Lei Federal nº 6.015/1973, consoante o disposto no artigo 501, parágrafo único, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

35) Os assentos de óbitos contêm todos os requisitos constantes do artigo 80 da Lei nº. 6.015/1973 c/c artigo 533 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

36) É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de óbitos, conforme dispõe o artigo 77, caput, da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 528 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

37) São feitas as remissões recíprocas e comunicações dos registros ou averbações levados a efeito na Serventia, no prazo de cinco dias, consoante o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 589 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

38) São relacionadas em protocolo as comunicações de casamento e óbito a enviadas a outras Serventias, para anotação nos registros primitivos, conforme o disposto no artigo 106, parágrafo único, da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 600 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

39) São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no artigo 2º da Lei nº 8.560/1992 c/c artigo 437, inciso IV do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

40) São comunicados à Defensoria Pública os nascimentos sem identificação de paternidade , nos termos da Lei Estadual nº 18.685/2009 c/c artigo 437, inciso V, do Provimento nº 260/ CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

---

41) É enviada ao DETRAN-MG a relação de registros de óbitos para fins de cancelamento da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, em cumprimento ao disposto na Lei Estadual nº 18.703/2010 c/c artigo 437, inciso IX, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

---

42) São enviados à Receita Federal os registros de óbitos lavrados no mês anterior, de forma eletrônica, por meio do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC, ou comunicação de inexistência de registros de óbitos, até o dia 10 (dez) de cada mês (recomendando-se, sempre que possível, o envio de dados diariamente), em cumprimento ao disposto no art. 437, XVI (acrescentado pelo Provimento nº 323, de 4 de maio de 2016), do Provimento nº 260/CGJ/2013? ATENÇÂO: Essa comunicação poderá ser feita por intermédio da Central de Informações do Registro Civil no Estado de Minas Gerais - CRC-MG, que disponibilizará opção de envio de dados ao SIRC.

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

43) São enviados os registros de óbitos lavrados no mês anterior, se houver, ou comunicação de inexistência de registros de óbitos, por meio físico ou eletrônico, à Secretaria de Segurança Pública da unidade da Federação que tenha emitido a cédula de identidade, em cumprimento ao disposto no art. 437, XVII (acrescentado pelo Provimento nº 323, de 4 de maio de 2016), do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

44) As certidões são emitidas seguindo os padrões do modelo instituídos pelo Conselho Nacional de Justiça através do Provimento nº 03/CNJ/2009 c/c artigo 436, caput, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

45) Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no artigo 30, § 3º-C, da Lei 6.015/1973?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

46) É observada a gratuidade para a lavratura dos assentos do registro de nascimento e de óbito, bem como para a emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no artigo 30, caput, da Lei 6.015/1973?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

47) É observada a isenção de pagamento de emolumentos pelas demais certidões do registro civil extraídas para os reconhecidamente pobres, nos termos do artigo 30, § 1º, da Lei 6.015/1973?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

48) É encaminhada à Receita Federal a "Declaração sobre Operações Imobiliárias - DOI", consoante o disposto no artigo 15 do Decreto-Lei nº 1.510/1976 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

49) Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei nº 7.433/1985, Decreto nº 93.240/1986 e artigos 160 a 163 do Provimento nº 260/CGJ/2013 (comprovante de pagamento do ITBI/ITCD, certidões fiscais, certidão de inteiro teor da matrícula, certidão de ônus reais e certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias etc)?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

50) Mantém fichário de cartões de autógrafos para conferência no ato de reconhecimento de firmas por semelhança?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

51) No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido indicada a sua espécie (por autenticidade ou por semelhança), conforme artigo 271 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

52) É mantido de forma atualizada o índice dos atos lavrados, por ordem alfabética dos nomes das partes, como meio seguro que facilite as buscas, conforme art. 148, inciso X, do Provimento nº 260/CGJ/2016 - Código de Normas?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

53) Ultrapassado o prazo de 7 (sete) dias de sua data, a escritura não assinada por todos é declarada sem efeito, consoante o disposto no artigo 154, § 1º, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

54) São mantidas em arquivo as procurações utilizadas na prática dos atos de seu ofício, de acordo com o artigo 162, inciso II c/c art. 164 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

55) No livro de folhas soltas, além de assinarem logo após o encerramento, os comparecentes assinam e rubricam as folhas ocupadas pelo ato, anteriores à última, consoante o disposto no artigo 288 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

56) É observado, quando da utilização da corrigenda "em tempo", o disposto no artigo 285 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

57) É observada, quanto à prática de seu atos, o disposto no artigo 52 da Lei nº. 8.935/1994?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

58) É observada rigorosamente a vedação do Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais, com atribuições notariais, para a lavratura de testamentos, por se tratar de ato da atribuição exclusiva do Tabelião de Notas, consoante o disposto no artigo 20, § 4º, da Lei nº 8.935/1994 c /c artigo 144, parágrafo único, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

59) Encontra-se devidamente encerrado eventual livro existente na Serventia para a lavratura de Testamento?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

60) Há na Serventia um único Livro de Notas para escrituras públicas em geral, bem como outro Livro para Procurações, conforme dispõe o artigo 283 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

61) Todos os atos lavrados estão devidamente assinados pelo(a) Oficial ou seus prepostos, conforme disposto no artigo 153, incisos IV e V, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

62) Os livros de folhas soltas são encadernados logo após a conclusão de seu uso, conforme o disposto no artigo 62, § 2º do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

63) É observado o disposto no artigo 8º, § 3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

64) É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

65) Para a lavratura das escrituras públicas de inventário e partilha, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o artigo 10, § 3º, inciso XIII, da Lei Estadual nº 15.424/2004 c/c a alínea i.2, do item 4, da Tabela 1 - Atos do Tabelião de Notas, do Anexo da citada Lei, ou seja, pelo valor total dos bens móveis e semoventes e pelo valor de cada unidade imobiliária transmitidos, excluída a meação, independentemente do número de quinhões e herdeiros?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

66) Para a lavratura das escrituras de inventário e partilha são arquivados todos os documentos previstos no artigo 196 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

67) Para a lavratura das escrituras públicas de separação e divórcio, sem bens a partilhar ou que as partes tenham bens a partilhar e for estabelecida apenas a meação, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o item 4, alínea j, da Tabela 1 - Atos do Tabelião de Notas, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

68) Para a lavratura das escrituras públicas de separação e divórcio, em que houver bens a partilhar e ocorrer excesso de meação a favor de uma das partes, caracterizando doação ou compra e venda, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o item 4, alíneas j e j.1, da Tabela 1 - Atos do Tabelião de Notas, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

69) Para a lavratura das escrituras de separação e divórcio são arquivados todos os documentos previstos no artigo 160, se for o caso, e artigo 207 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

70) Para a lavratura das escrituras envolvendo usufruto (reserva, instituição, extinção etc.) a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita com conteúdo financeiro, tendo como parâmetro a terça parte (1/3) do valor do imóvel, de acordo com a Nota X da Tabela 1 - Atos do Tabelião de Notas, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

71) Para a lavratura das escrituras de aditamento, retificação e ratificação a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita segundo os valores previstos na alínea c, do item 4, da Tabela 1 - Atos do Tabelião de Notas, do Anexo da Lei 15.424/2004?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

72) Para a lavratura das escrituras declaratórias a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita sem conteúdo financeiro, segundo os valores previstos na alínea a, do item 4, da Tabela 1 - Atos do Tabelião de Notas, do Anexo da Lei 15.424/2004?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

73) É observado o disposto no artigo 1.793, § 2º, do Código Civil Brasileiro, c/c o artigo 166 do Provimento nº 260/CGJ/2013, em relação às escrituras públicas de cessão de direitos hereditários, que não devem recair sobre qualquer bem da herança certo e determinado, considerado singularmente, salvo o disposto no art. 166, § 1º, do citado Provimento?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

74) Para a lavratura das escrituras de cessão de direitos hereditários realizadas por mais de um cedente os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados em separado, considerando-se como parâmetro o valor de cada negócio jurídico realizado por cada cedente, nos termos do artigo 10, §3º, inciso I, da Lei Estadual 15.424/2004 c/c Nota II, da Tabela 1, do Anexo da mesma lei?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

75) Para os atos de confecção e guarda de cartão ou ficha de assinatura é devidamente utilizado o selo de fiscalização de face PADRÃO, conforme estipulado no artigo 11, inciso I, alínea o, da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 02/2005?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

76) Para a lavratura das procurações para fins de previdência e assistência social os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos na alínea f.2, do item 4, da Tabela 1 - Atos do Tabelião de Notas, do Anexo da Lei 15.424/2004 , independentemente dos poderes conferidos e do número de outorgantes e outorgados?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

77) A cobrança de emolumentos e o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária pela lavratura de procuração relativa a situação jurídica com conteúdo financeiro é feita considerando o conceito de conteúdo financeiro segundo disposto no artigo 268 do Provimento nº 260/CGJ/2013 e na Nota I da Tabela 1 - Atos do Tabelião de Notas, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

78) Para a lavratura das escrituras públicas de revogação de mandato a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita sem conteúdo financeiro, segundo os valores previstos na alínea a, do item 4, da Tabela 1 - Atos do Tabelião de Notas, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

79) As escrituras públicas de revogação de mandato são lavradas no Livro de Notas, previsto no artigo 283, inciso I, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

80) Nos atos praticados por analfabeto, é devidamente qualificado o assinante a rogo, conforme dispõe o artigo 156, inciso II, c/c seu § 1º do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

81) O selo de fiscalização é utilizado na rigorosa sequência da numeração alfanumérica, conforme o disposto no artigo 10, inciso II, da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 02/2005?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

82) É observado o disposto no artigo 106 do Provimento nº 260/CGJ/2013, a fim de que a cobrança pelos atos de arquivamento seja feita apenas em relação aos documentos estritamente necessários à prática dos atos notariais e de registro e cujo arquivamento é expressamente exigido em lei?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

83) É emitida uma única Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Judiciárias (GRCTJ) para cada período a que se refere o caput do artigo 2º, abrangendo todos os atos praticados nesse período, fazendo constar a quantidade de cada tipo de ato notarial e de registro praticado no período, acompanhada dos respectivos códigos fiscais, consoante o disposto no artigo 4º, §2º da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

84) São mantidos atualizados os dados relativos à "Central Eletrônica dos Atos Notariais e de Registro", conforme disposto no artigo 115 do Provimento nº 260/CGJ/2013 (com nova redação determinada pelo Provimento nº 325, de 20 de maio de 2016)?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

85) Em se tratando de serventia vaga, são enviadas à Corregedoria-Geral de Justiça, por meio eletrônico, as informações relativas ao módulo "Receitas-Despesas", nos termos dos artigos 34 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013? (Caso a serventia esteja regularmente provida, marcar opção "Não se aplica")

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) C) Não se aplica

Observações

86) São emitidos, impressos e arquivados na serventia os recibos de transmissão de dados relativos à "Central Eletrônica de Atos Notariais e de Registro", consoante o disposto no artigo 118 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

87) São emitidos, impressos e arquivados na serventia os recibos de transmissão de dados relativos ao módulo "Receitas-Despesas", consoante o disposto no artigo 118 do Provimento nº 260/CGJ/2013? (Caso a serventia esteja regularmente provida, marcar opção "Não se aplica")

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) C) Não se aplica

Observações

88) Para a lavratura das escrituras declaratórias de união estável são arquivados todos os documentos previstos no artigo 229, bem como observadas as disposições contidas nos artigos 226 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

89) São observados rigorosamente os procedimentos estabelecidos na Resolução nº 155, de 16 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, que "Dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior", consoante o Aviso n° 41/CGJ/2012, de 20 de agosto de 2012? (Caso a serventia não seja o 1º Subdistrito da Sede da Comarca, marcar opção "Não se aplica")

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) C) Não se aplica

Observações

90) O Oficial atualiza semestralmente, diretamente via internet, todos os dados no sistema " Justiça Aberta", até o dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho (ou até o dia útil subsequente), mantendo atualizadas quaisquer alterações cadastrais, em até 10 (dez) dias após suas ocorrências, conforme disposto no artigo 2º do Provimento nº 24, de 23 de outubro de 2012, da Corregedoria Nacional de Justiça e artigo 120 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

91) A Serventia possui o Livro Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa, instituído pelo Provimento nº 34/CNJ/2013, cuja vigência se deu a partir de 12 de agosto de 2013 (conforme Provimento nº 35/CNJ/2013 c/c art. 67, II, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação determinada pelo Provimento nº 321, de 4 de maio de 2016), e sua escrituração obedece às normas prescritas no citado Provimento do CNJ e nos arts. 67 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

92) Em se tratando de serventia vaga, seu responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com o Aviso 26/CGJ/2010 e Aviso 36/CGJ/2013 c/c artigos 32 e 33 do Provimento nº 260/CGJ/2013? (Caso a serventia esteja regularmente provida ou, mesmo estando vaga, a renda líquida não exceder ao teto remuneratório, marcar a opção "Não se aplica")

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) C) Não se aplica

Observações

93) São mantidas cópias de segurança em microfilme, ou arquivo em mídia digital formado por imagens extraídas por meio de "scanner", ou fotografia, ou arquivo de dados assinado eletronicamente com certificado digital emitido em consonância com as normas do ICP-Brasil, ou qualquer outro método hábil, que, em sua fase inicial, deverá abranger os livros obrigatórios previstos em lei, de acordo com a Recomendação nº 09/2013, com as alterações introduzidas pela Recomendação nº 11/2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

94) Estão sendo observados os artigos 602 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013, que disciplinam o envio à "Central de Informações do Registro Civil no Estado de Minas Gerais - CRCMG" dos dados referentes aos nascimentos, casamentos, óbitos, natimortos e demais atos relativos ao estado civil lavrados, respectivamente, nos Livros A, B, B-Auxiliar, C, C-Auxiliar e E?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

---

95) São arquivados na serventia os recibos de transmissão de dados da "Central de Informações do Registro Civil no Estado de Minas Gerais - CRCMG", consoante o disposto no artigo 604, § 2º, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

---

96) Quantos atos e qual a respectiva sequência numérica foram transmitidos à "Central de Informações do Registro Civil no Estado de Minas Gerais - CRCMG", segundo os recibos referidos no item anterior? (Instruções: 1 - Os dados relativos ao Livro E devem ser preenchidos apenas quando se tratar do 1º Subdistrito da Sede da Comarca; 2 - Se a serventia estiver enviando os dados, marcar a opção SIM e preencher a quantidade e a sequência dos atos; se não estiver enviando, marcar NÃO.)

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

97) O Oficial acessa diariamente o módulo da CRC-MG ('Certidão Online'), disponível no endereço eletrônico http://webrecivil.recivil.com.br/, a fim de receber as comunicações feitas por outros cartórios, bem como para atender às solicitações de emissão de certidão em relação aos atos praticados em suas serventias, consoante disposto no art. 614 do Provimento nº 260/CGJ/2013 c/c Aviso nº 07/CGJ/2015?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

98) O Oficial atende às solicitações de expedição de certidão, inclusive em relação aos registros de nascimento, casamento e óbito, recebidas por meio do módulo CRC-MG ('Certidão Online'), consoante disposto no art. 614 do Provimento nº 260/CGJ/2013 e as orientações contidas no Aviso nº 07/CGJ/2015?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

99) É feita no processo de habilitação, de forma individualizada para cada espécie de ato, a cotação dos valores dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária e valor total relativos aos atos previstos nos itens 1 e 11 da Tabela 7 - Atos do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e do Juiz de Paz, e no item 1 da Tabela 8 - Atos Comuns a Registradores e Notários, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

100) É feita na primeira certidão de casamento, de forma individualizada para cada espécie de ato, a cotação dos valores dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária e valor total relativos ao ato de certidão previsto no item 8 da Tabela 7 - Atos do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e do Juiz de Paz, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, bem como o ato de assento de casamento previsto no item 7 da mesma Tabela?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

101) É feito no Livro B, de forma individualizada para cada espécie de ato, a cotação dos valores dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária e valor total relativo aos atos

previstos nos itens 2, 3, 7, 12 e 13 da Tabela 7 - Atos do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e do Juiz de Paz, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

102) São observadas as disposições contidas no § 2º do artigo 436 do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação determinada pelo Provimento nº 303/CGJ/2015, somente sendo encaminhados para autorização judicial os pedidos de emissão de certidões de inteiro teor enumerados no dispositivo (art. 45 da Lei Federal nº 6.015/73: 'filho legitimado pelo matrimônio ', art. 57, §7º da Lei Federal nº 6.015/73: 'alteração de nome em razão de ameaça contra testemunha criminal', art. 95 da Lei Federal nº 6.015/73: 'legitimação adotiva' e art. 6º da Lei Federal nº 8.560/92: 'filho extraconjugal')? (ATENÇÃO: Ressaltar a orientação de que, quando o registro não se enquadrar em nenhuma das hipóteses acima, é dispensada autorização judicial, podendo o Oficial expedir normalmente a certidão de inteiro teor.)

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

103) É observado o disposto no Provimento n° 16, de 17 de fevereiro de 2012, da Corregedoria Nacional de Justiça, que "Dispõe sobre a recepção, pelos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, de indicações de supostos pais de pessoas que já se acharem

registradas sem paternidade estabelecida, bem como sobre o reconhecimento espontâneo de filhos perante os referidos registradores"?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

104) A serventia está aderida ao Sistema Interligado "Justiça Aberta", do Conselho Nacional de Justiça, relativo ao Registro Civil em estabelecimentos de saúde, para realização de registros transmitidos pelas Unidades Interligadas, nos termos da Recomendação nº 13/CGJ/2014 c/c art. 468 a 480 do Código de Normas - Provimento nº 260/CGJ/2013?
(Em caso negativo, reiterar a orientação, estabelecendo-se prazo de até 15 (dias) para adesão ao sistema interligado)

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

105) A serventia é responsável pelo funcionamento de alguma Unidade Interligada de Registro Civil instalada em estabelecimentos de saúde? (Se SIM, mencionar no campo " Observações" o nome dos estabelecimentos de saúde em que a serventia mantém unidade interligada)

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

106) O Oficial consulta a base de dados da CNIB (Central Nacional de Indisponibilidade de Bens) antes da prática de ato que tenha por objeto bens imóveis ou direitos a eles relativos, consignando no ato notarial ou registral o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), consoante o disposto no artigo 14, caput, do Provimento nº 39/CNJ/2014?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

107) O Oficial procede à nomeação ou destituição de substitutos e escreventes por meio de Portaria Interna que discrimine as atribuições de cada um dos escreventes designados e que contenha todos os demais requisitos contidos no art. 21, § 2º, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação determinada pelo Provimento nº 298/CGJ/2015?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

108) O Oficial encaminha cópia da Portaria Interna, por ofício, ao diretor do foro da comarca e à Corregedoria-Geral de Justiça, pelo Malote Digital, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da nomeação ou destituição, consoante o disposto no artigo 21, § 3º, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

109) O Oficial encaminha ao diretor do foro e à Corregedoria-Geral de Justiça as informações sobre a contratação e dispensa de auxiliares, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, nos moldes determinados pelo artigo 21, § 4º, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação determinada pelo Provimento nº 298/CGJ/2015?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

110) O Oficial acessa diariamente o Sistema Hermes - Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que é o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto nos arts. 121 a 123 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

111) O Oficial possui Livro de Controle de Depósito Prévio, consoante o disposto no art. 67, inciso III, e art. 70, ambos do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

112) Há na serventia sistema de controle, físico ou eletrônico, no qual serão lançados, pela ordem de entrada, os processos de habilitação para casamento, os requerimentos de retificação administrativa, os de registro de nascimento cujo nome tenha sido recusado pelo oficial de registro, bem como todos os pedidos relacionados a atos registrais que contiverem exigência ou não puderem ser praticados de imediato, consoante o disposto no artigo 427, § 3º , do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

113) Há nos livros índice alfabético dos assentos lavrados pelos nomes das pessoas a quem se referirem, o qual será organizado por sistema de fichas ou banco de dados informatizado, desde que preencham os requisitos de segurança, comodidade e pronta busca, consoante o disposto no artigo 428, caput, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

114) A serventia envia os casamentos e óbitos de estrangeiros, bem como de nascimento de filhos de estrangeiros em situação irregular, à Delegacia da Polícia Federal da circunscrição, mensalmente, por meio físico, consoante o disposto no artigo 437, inciso III, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

115) A serventia envia os óbitos de pessoas do sexo masculino com idade entre 17 (dezessete) e 45 (quarenta e cinco) anos, falecidos no mês anterior, ao Ministério da Defesa - Junta de Alistamento Militar, mensalmente, por meio físico, consoante o disposto no artigo 437, inciso VII, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

116) A serventia envia os óbitos à Administração Fazendária do Estado de Minas Gerais - AF , por meio físico e eletrônico, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, consoante o disposto no artigo 437, inciso VIII, do Provimento nº 260/CGJ/2013 c/c o artigo 20 da Lei Estadual 14.941/ 2003 c/c o artigo 34, alínea d, do Decreto Estadual nº 43.981/2005?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

117) A serventia envia a causa mortis dos óbitos às Secretarias Municipais de Saúde do Município onde o cartório esteja instalado, mensalmente, por meio físico, consoante o disposto no artigo 437, inciso X, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

118) A serventia envia os dados da criança, dos pais e endereço onde ocorreu o nascimento fora de maternidade ou estabelecimento hospitalar, sem a assistência de médico ou parteira e sem apresentação da DNV, até 5 (cinco) dias contados do registro, ao Ministério Público da comarca, consoante o disposto no artigo 437, inciso XIV, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

119) A serventia envia o assento de nascimento de indígena, em 5 (cinco) dias contados do registro, à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, consoante o disposto no artigo 437, inciso XV, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

120) O Oficial observa o prazo para a lavratura de assento de nascimento, que é de 15 (quinze) dias, contados da data do nascimento com vida, consoante o disposto no artigo 447, caput, do Provimento nº 260/CGJ/2013? ATENÇÃO: observar os parágrafos: § 1º. O prazo será ampliado em até 3 (três) meses, se a residência dos pais distar mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do Ofício de Registro daquela circunscrição. No caso de falta ou de

impedimento do pai ou da mãe, o outro indicado no inciso I do artigo 443 deste Provimento terá o prazo para declaração prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias. (§ 2º com redação determinada pelo Provimento nº 311, de 9 de dezembro de 2015).

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

121) O Oficial observa o prazo para lavratura de assentos de óbito, consoante o disposto no artigo 530 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

122) O Oficial arquiva, em meio físico ou eletrônico, as comunicações recebidas de outras serventias, consoante o disposto no artigo 601 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

123) É afixado um selo PADRÃO no requerimento dos contraentes com o qual se inicia o processo de habilitação para casamento, consoante o disposto no artigo 11, inciso VII, alínea a , da Portaria-Conjunta nº 02/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG (com a redação dada pela Portaria-Conjunta nº 12/2012/TJMG/CGJ/SEF-MG)?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

124) O Oficial observa a Nota III da Tabela 1 do Anexo da citada Lei, na lavratura de escrituras públicas envolvendo mais de uma unidade imobiliária?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

125) A mudança de endereço, número de telefone, endereço de correspondência eletrônica (e-mail), sítio eletrônico ou outro meio de comunicação utilizado pela serventia foi imediatamente comunicada ao diretor do foro e à Corregedoria-Geral de Justiça, consoante o disposto no artigo 56 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

126) O Oficial encaminha as informações periódicas à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados - CENSEC, consoante disposto no artigo 148, inciso XV, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

127) É exigida, para a abertura do cartão de autógrafos, a apresentação e o arquivamento do número do CPF e do original de documento de identificação oficial com foto que permita o efetivo reconhecimento do portador e dentro do prazo de validade, se houver, consoante disposto no artigo 272 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

128) A lavratura de ata notarial para atestar o tempo de posse do requerente e de seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias, para fins de reconhecimento de

usucapião atende aos requisitos elencados no §3º do art. 235 do Provimento nº 260/CGJ/2013 (acrescentado pelo Provimento nº 325, de 20 de maio de 2016)?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

129) A cobrança de emolumentos e o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária pela lavratura de ata notarial, inclusive para fins de reconhecimento de usucapião (art. 234, V, do Provimento nº 260/CGJ/2013, acrescentado pelo Provimento nº 325, de 20 de maio de 2016), é feita segundo os valores previstos no item 2, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

130) Desde o dia 1º de dezembro de 2014, a Taxa de Fiscalização Judiciária - TFJ é recolhida por meio da Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Judiciárias - GRCTJ, emitida no endereço eletrônico do TJMG (www.tjmg.jus.br), no menu Cartórios Extrajudiciais / Serviços para os Cartórios / Recolhimento da TFJ - Emissão de GRCTJ, conforme Aviso nº 65/CGJ/2014 e art. 4º da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG, com a redação atribuída pela Portaria Conjunta nº 014/2014/TJMG/CGJ/SEF-MG?

( ) A) Sim.Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

131) Estão sendo recolhidas as contribuições sindicais compulsórias devidas ao(s) sindicato(s) a que a serventia é vinculada, consoante disposto no art. 8º, IV, da Constituição Federal?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

132) São encaminhados, no prazo máximo de três dias contados da data da expedição do documento, à respectiva Junta Comercial, para averbação junto aos atos constitutivos da empresa, cópia do instrumento de procuração outorgando poderes de administração, de gerência dos negócios, ou de movimentação de conta corrente vinculada de empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, de sociedade simples, de empresário individual, de sociedade empresária ou cooperativa, conforme art. 148, inciso XX, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

133) Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição ordinária geral realizada no ano anterior?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

134) Quanto ao selo de fiscalização utilizado na serventia:

( ) A) ainda não foi implantado o selo de fiscalização eletrônico (a serventia utiliza exclusivamente selo físico). Obs.: para esta hipótese SERÁ necessário o preenchimento do quadro 'estoque dos selos na serventia' abaixo;

( ) B) foi implantado o selo de fiscalização eletrônico, ainda na fase inicial de 'dupla selagem' (a serventia utiliza simultaneamente os selos físico e eletrônico), conforme Portaria abaixo indicada (indicar, no campo observações, o número da portaria de implantação do selo de fiscalização eletrônico). Obs.: para esta hipótese SERÁ necessário o preenchimento do quadro 'estoque dos selos na serventia' abaixo;

( ) C) já foi efetivada a implantação definitiva do selo de fiscalização eletrônico (a serventia utiliza exclusivamente selo eletrônico, tendo sido recolhidos os selos físicos, exceto de autenticação e de reconhecimento de firma), conforme Portaria abaixo indicada (indicar, no campo observações, o número da portaria que efetivou a implantação definitiva do selo de fiscalização eletrônico). Obs.: para esta hipótese SOMENTE SERÁ necessário o preenchimento do quadro 'estoque dos selos na serventia' relativo a reconhecimento de firma e autenticação.

Observações

Listar as medidas saneadoras adotadas

ESTOQUE DOS SELOS FÍSICOS NA SERVENTIA - TABELIONATO DE NOTAS					
TIPO DE SELO	**ESTOQUE INICIAL (copiar Estoque Final do relatório da correição anterior)**	**SELOS RECEBIDOS (conferir notas fiscais e DAPs desde a correição anterior)**	**SELOS UTILIZADOS (= Estoque Inicial + Selos Recebidos - Estoque Final)**	**ESTOQUE FINAL (quantidade de selos existentes na data da correição atual)**	**SÉRIE E NÚMERO DOS SELOS EM ESTOQUE**
Padrão					
Isento					
Certidão					
Reconhecimento de Firma					
Autenticação					
Arquivamento					

OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS:

1) Para preenchimento, no quadro acima, da coluna 'SELOS RECEBIDOS', consulte o ' Relatório de Pedidos Entregues', disponível no menu 'Selo de Fiscalização Físico' do SISNOR.

2) Aqui devem ser mencionadas outras observações e/ou recomendações que não se encaixem nos itens específicos.

3) Caso o campo "Observações", em cada item, seja insuficiente, deverá ser utilizada outra folha.

4) Fica estabelecido o prazo de_____ dias para cumprimento das recomendações constantes deste Relatório, devendo o Auxiliar de Fiscalização adotar as providências a seu cargo e informar a respeito ao MM. Juiz de Direito, até o término do prazo determinado.